



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical e
do Diálogo Social - CONALIS

EDITAL N.º 1/2024, CONALIS/MPT

A COORDENAÇÃO DA COORDENADORIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA LIBERDADE SINDICAL E DO DIÁLOGO SOCIAL – CONALIS comunica aos membros(as) e servidores(as) do Ministério Público do Trabalho que receberá, para análise e seleção, artigos a serem publicados no livro digital “*Direito Coletivo do Trabalho, em homenagem aos 15 anos da CONALIS*”¹, conforme condições a seguir especificadas:

1. DO LIVRO

1.1. Por ocasião dos 15 anos da Coordenação da Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical e do Diálogo Social – CONALIS, o Ministério Público do Trabalho publicará obra comemorativa, a qual também corresponde ao cumprimento do Objetivo Estratégico 8 (OE8 - Promover a liberdade, as prerrogativas e garantias sindicais e o diálogo social) do Planejamento Estratégico Institucional, que visa fortalecer a comunicação, a transparência institucional e o diálogo com a sociedade.

1.2. O LIVRO SERÁ COMPOSTO DE TRÊS EIXOS:

- Eixo 1: voltado especialmente para artigos escritos por atuais e anteriores Coordenadores Nacionais e Coordenadores Regionais da CONALIS, que apresentem a atuação do MPT ao longo dos 15 anos da coordenadoria especializada, relacionadas ao surgimento da coordenadoria, sua evolução, abordagem dos Projetos Estratégicos, Orientações e Notas Técnicas da CONALIS;

- Eixo 2: voltado para artigos escritos por membros(as) ou servidores(as) do MPT que, com atuação destacada na temática da Liberdade Sindical;

- Eixo 3: composto por artigos que apresentem a visão de outros atores envolvidos no segmento do movimento sindical, em especial autoridades públicas, advogados, professores e líderes sindicais de referência, que apresentem prognósticos e perspectivas para o movimento sindical no Brasil e no mundo, a exemplo de abordagens históricas e sociopolíticas ou análise comparativa diante do panorama internacional.

1.3. O livro será composto por artigos de articulistas convidados e daqueles selecionados por força do presente edital e será publicado em português, dando-se enfoque à publicação eletrônica.

¹ Título sujeito a alteração



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical e
do Diálogo Social - CONALIS

2. DO PÚBLICO-ALVO

2.1. O livro terá como público-alvo membros(as) e servidores(as) do Ministério Público do Trabalho, atores envolvidos no segmento do movimento sindical, autoridades públicas que lidem com o direito sindical, advogados que militam na área, professores, estudantes e líderes sindicais.

3. DO ENVIO DOS ARTIGOS

3.1. O envio dos artigos deverá ocorrer **até o dia 31/08/2024**, exclusivamente pelo e-mail mpt.conalis@mpt.mp.br, acompanhado do formulário constante do Anexo deste edital preenchido e assinado por todos os autores, para a triagem e envio à Comissão Editorial.

3.2. Os e-mails deverão ser remetidos com o assunto “*Direito Coletivo do Trabalho, em homenagem aos 15 anos da CONALIS*”;

3.3. Ao submeterem artigos, os(as) autores(as) declaram ser titulares dos direitos autorais, respondendo exclusivamente por quaisquer reclamações nesse sentido, bem como autorizam, sem ônus, a publicação dos textos em qualquer meio, sem limitações quanto ao prazo, território ou qualquer outra, incluindo as plataformas de indexação de periódicos científicos nas quais o livro venha a ser indexado.

3.4 O conteúdo do texto, inclusive elementos gramaticais, bem como afirmações e opiniões expressas são de absoluta responsabilidade dos autores.

3.4. Encerrado o prazo para envio, os artigos serão encaminhados à Comissão editorial para avaliação.

4. COMISSÃO EDITORIAL

4.1. A Comissão Editorial será responsável pela análise e seleção dos artigos, podendo excluir ou indicar necessidade de revisão daqueles que não preencham ou preencham parcialmente os requisitos deste edital.

4.2. Os artigos submetidos serão avaliados por revisores especializados de forma dupla-cega, onde tanto os autores quanto os revisores permanecerão anônimos durante todo o processo de avaliação. Este procedimento visa assegurar a imparcialidade e a objetividade na avaliação dos artigos, baseando-se unicamente no mérito acadêmico e científico do trabalho apresentado.

¹ Título sujeito a alteração



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical e
do Diálogo Social - CONALIS

4.3. O principal critério de avaliação será a pertinência temática com o objeto proposto, sendo também avaliados a metodologia de pesquisa, a observância das normas de correção gramatical, a coesão e a coerência do texto, a atualidade da discussão, a contribuição para os debates acadêmicos e a adequação entre a conclusão e os objetivos propostos.

4.4. A Comissão será composta por membros(as) nomeados(as) pela Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical e do Diálogo Social – CONALIS.

5. DA FORMATAÇÃO

5.1. Os trabalhos deverão ser encaminhados em arquivo de extensão.DOC/.DOCX ou .ODT com as seguintes especificações:

5.1.1. Mínimo de 8 (oito) e máximo de 15 (quinze) laudas, incluídas as referências bibliográficas, com páginas numeradas sequencialmente no canto inferior direito.

5.1.2. Fundo branco e layout tamanho A4 (21 cm X 29,7 cm).

5.1.3. Margens superior e esquerda de 3 cm e margens inferior e direita de 2 cm.

5.1.4. Parágrafos justificados e com recuo de 2,0 cm na primeira linha.

5.1.5. Fonte Times New Roman, cor preta, tamanho 12, espaço entre linhas 1,5 e sistema numérico de citações.

5.1.6. Somente serão recebidos trabalhos em português, observada a ortografia oficial.

5.1.7. Os artigos deverão conter, com destaque, no início do texto: título, nome de cada autor (acompanhado de uma breve descrição curricular como primeira nota de rodapé), resumo com até 100 palavras e palavras-chave (de 3 a 5 palavras).

5.1.8. Devem obedecer às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, inclusive o disposto na NBR 6023 da ABNT para as referências bibliográficas.

5.1.9. As citações realizadas ao longo do texto devem observar o disposto na NBR 10520 – Informação e Documentação - Citações em documentos – Apresentação/Ago.2002 da ABNT e adotar o sistema autor-data, segundo o qual se emprega o sobrenome do autor ou o nome da entidade, a data e a(s) página(s) da publicação da qual se retirou o trecho transcrito.

5.1.10. Serão permitidas notas de rodapé, preferencialmente, curtas e com observações pontuais, e devem ser formatadas na mesma fonte do artigo, tamanho 10 pontos, espaçamento entre linhas simples e alinhamento justificado.

¹ Título sujeito a alteração



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical e
do Diálogo Social - CONALIS

5.1.11. Se aprovados, os trabalhos serão publicados sem que sejam efetuadas quaisquer revisões gramaticais e/ou adequações, salvo eventual revisão feita pelo próprio autor, sendo de inteira responsabilidade do (a/s) autor (a/as/es) todo o conteúdo que for disponibilizado.

5.1.12. Serão permitidas publicações em coautoria de até três autores(as), sendo permitida submissão de até 2 (dois) trabalhos por autor, mesmo na condição de coautor.

6. DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. Os trabalhos que não obedecerem às diretrizes definidas neste edital poderão ser rejeitados.

6.2. Os casos omissos serão avaliados e decididos pela Comissão editorial.

6.3. Informações adicionais e eventuais consultas poderão ser encaminhadas para o e-mail mpt.conalis@mpt.mp.br.

Documento Assinado Digitalmente

VIVIANN BRITO MATTOS

Procuradora Regional do Trabalho
Coordenadora Nacional da
CONALIS/MPT

Documento Assinado Digitalmente

PRISCILA MORETO DE PAULA

Procuradora do Trabalho
Vice- Coordenadora Nacional da
CONALIS/MPT

¹ Título sujeito a alteração



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical e
do Diálogo Social - CONALIS

ANEXO AO EDITAL Nº 01/2024 CONALIS-MPT

FORMULÁRIO DE ENVIO DE ARTIGO

I - Dados pessoais:

Nome: _____

CPF: _____ RG: _____ Órgão Emissor: _____

Endereço: _____

Município: _____ Estado: _____ CEP: _____

E-mail: _____

II - Dados profissionais/acadêmicos (se for o caso):

Órgão/instituição de afiliação: _____

Cargo/função/curso: _____

III - Título do artigo submetido:

Declaro ciência acerca dos termos do **EDITAL N.º 1/2024, CONALIS/MPT**, bem como que o artigo acima indicado e ora submetido à Comissão Editorial é de minha autoria.

Local e Data

Nomes dos autores(as):

Assinaturas

¹ Título sujeito a alteração